

## INVESTIGAÇÃO

## Registro de vacina também em SP

Polícia Federal apura a suspeita de um terceiro certificado falso de imunização de Bolsonaro. E-mail tinha nome de Lula

» LUANA PATRIOLINO  
» ÁNDREA MALCHER  
» RENATO SOUZA

A investigação do suposto envolvimento do ex-presidente Jair Bolsonaro em um esquema de inserção de dados falsos no sistema do Ministério da Saúde teve mais um desdobramento. A Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) apuram a suspeita de um terceiro certificado falso de vacinação contra a covid-19, em nome do ex-chefe do Executivo, desta vez, em São Paulo. A Polícia Civil do estado também investiga o caso.

Segundo o relatório do caso, o registro falso aponta que Bolsonaro tomou uma dose da Janssen em **19 de julho de 2021**, em uma unidade de saúde do bairro de Peruche, em São Paulo. O posto, no entanto, negou a veracidade do dado. Conforme boletim de ocorrência feito pela Prefeitura de São Paulo, obtido pelo **Correio**, o e-mail de contato na ficha é "lula@gmail.com".

Os outros dois certificados, emitidos pelo aplicativo ConecteSUS, são da vacina da Pfizer, supostamente aplicada em Duque de Caxias (RJ), em 30 de dezembro. Bolsonaro foi alvo, na quarta-feira, de busca e apreensão da Polícia Federal na Operação Venire, que apura suposta fraude sobre vacinação da covid-19 no sistema do Ministério da Saúde. No mesmo dia, agentes prenderam o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid.

De acordo com as investigações, o certificado de vacinação datado de 30 de dezembro foi obtido por meio de um celular vinculado a Cid. Ele teria emitido o

## Em Brasília

O ex-presidente Jair Bolsonaro estava em Brasília em 19 de julho de 2021. Ele tinha passado quatro dias internado com obstrução intestinal em um hospital particular de São Paulo e recebeu alta em 18 de julho, quando voltou para a capital federal.

documento duas horas antes de viajar com Bolsonaro aos Estados Unidos.

Segundo o relatório da PF, registros de vacinação do ex-presidente e de sua filha caçula, Laura, 12 anos, foram apagados seis dias depois da emissão, com a alegação de "erro".

O certificado de imunização de Bolsonaro foi emitido com o CPF do ex-presidente e utilizando um endereço de IP do Palácio do Planalto.

A fraude nos certificados teria ocorrido por meio de um esquema montado na Prefeitura de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, onde os dados foram inseridos e excluídos. O responsável seria o secretário de governo do município, João Carlos de Souza Brecha — um dos seis presos na operação de quarta-feira.

Encerradas as apurações, o Ministério Público Federal (MPF) formará seu entendimento sobre a ocorrência ou não dos crimes, quais são os agentes envolvidos e, assim, decidir se vai oferecer denúncia a ser apreciada pelo Judiciário. Caso a denúncia seja recebida, Bolsonaro se tornará réu na ação penal.

O ex-chefe do Executivo nega

Ailton Barros/Instagram



Ailton Barros com Bolsonaro: ex-major do Exército trocou mensagens golpistas com braço direito do ex-presidente

envolvimento no suposto esquema de falsificação de certidão de vacinação contra a covid-19. De acordo com fontes ligadas às investigações, Cid se recusou a responder aos questionamentos.

## Mensagens golpistas

Em outra frente de investigações, gravações em áudio, que estão com a PF, revelam discussões feitas na antessala do gabinete presidencial, em 15 de dezembro, com o intuito de dar um golpe de Estado. O conteúdo

evidencia que o ex-major do Exército Ailton Barros trocou mensagens com Mauro Cid a respeito de uma tentativa de derrubar o regime democrático.

Nas conversas, Ailton fala de um plano para tomar o poder com uso da força, que, em seguida, teria como desdobramento a prisão do ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e integrante do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os diálogos integram material colhido pelos investigadores no

âmbito da Operação Venire. Nas mensagens, obtidas pela CNN Brasil, Ailton aborda o "conceito da operação". A estratégia envolvia o então comandante do Exército, Freire Gomes, e Bolsonaro.

"É o seguinte, entre hoje e amanhã, sexta-feira, tem que continuar pressionando o Freire Gomes para que ele faça o que tem que fazer", diz Ailton. "Até amanhã à tarde, ele aderindo... bem, ele que faça um pronunciamento, então, se posicionando dessa maneira, para defesa do povo brasileiro. E, se ele não aderir,

quem tem que fazer esse pronunciamento é o Bolsonaro, para levantar a moral da tropa. Que você viu, né? Eu não preciso falar. Está abalada em todo o Brasil", completa. A emissora não teve acesso às respostas de Cid a Ailton.

Ao **Correio**, o advogado e assessor de Bolsonaro, Fabio Wajngarten, negou que o ex-chefe do Executivo teve conhecimento da troca de mensagens entre seus aliados. "Onde há o envolvimento do presidente nisso? Ele aparece nos áudios?", questionou.

## SUPREMO

## Maioria para derrubar indulto

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, ontem, para derrubar a graça concedida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro ao ex-deputado Daniel Silveira, condenado a oito anos e nove meses de prisão por ataques à Corte. O placar está em 6 a 2 para declarar inconstitucional o "perdão" do ex-chefe do Executivo a seu aliado, nos termos do voto da relatora, ministra Rosa Weber.

Acompanharam a relatora os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Cármen Lúcia. Eles apresentaram votos marcados por recados, não só a Silveira, mas à base aliada do ex-presidente, em especial aos investigados pelos atos golpistas de 8 de janeiro.

Os votos divergentes foram dados pelos ministros Kassio Nunes Marques e André Mendonça, indicados por Bolsonaro ao STF. Eles defenderam a validade do decreto do ex-presidente, destacando a discricionariedade do então chefe do Executivo para editá-lo e ressaltando que trata-se de um instituto político.

"Entendo, até pelo contexto, que a concessão da graça teve um efeito de pacificação, ainda que circunstancial e momentâneo. Não excluo eventuais finalidades que nós possamos questionar, mas também não posso excluir razões políticas que em tese justificariam a concessão do instituto", indicou Mendonça.

Ele e Nunes Marques estão isolados, por enquanto. O julgamento ainda será retomado para os votos de Luiz Fux e Gilmar Mendes.

O primeiro ministro a acompanhar Rosa Weber na sessão de ontem foi Moraes. Ele ponderou que o decreto de Bolsonaro atenta contra cláusulas da Constituição, em especial quanto à separação de Poderes, além de conter "desvio de finalidade claro".

Segundo Moraes, relator da ação na qual Silveira foi condenado, a graça do ex-presidente é um "ataque direto e frontal" ao Poder Judiciário.

Ed Alves/CB/DA.PRESS



Daniel Silveira foi condenado a mais de oito anos de prisão

"São coisas diversas, um indulto coletivo, de política criminal, e um indulto individual, como o concedido por Getúlio Vargas a desertor do Exército, com um simples 'concedo indulto' e acabou. Podemos concordar, ou não. Agora, o indulto que pretende atentar, insuflar e incentivar a desobediência às decisões do Judiciário é um indulto atentatório à cláusula pétrea", enfatizou.

Segundo ele, há uma "limitação constitucional implícita" para a edição do decreto de Bolsonaro, a mesma que existe para um eventual indulto a crimes atentatórios ao Estado democrático. "Seria possível o Supremo aceitar um indulto a todos os eventualmente condenados pelos atos do 8 de janeiro, atentados contra a democracia?", questionou.

Já o desvio de finalidade do decreto, segundo Moraes, está disposto no próprio texto, em "justificativa que não corresponde à realidade".

"Veja os últimos considerandos (do decreto). 'Considerando que a sociedade se encontra em comoção'. Talvez uma outra sociedade, paralela, nas redes

sociais", assinalou o ministro, com tom de ironia.

## Afronta

Em voto breve, Fachin destacou que o indulto tem que "ter um corpo interno de coerência". "Desbordando disso, há uma desobediência constitucional. Trata-se de um ato irritivo e inconstitucional, portanto nulo", ressaltou.

Barroso também seguiu Rosa Weber: "De forma inusitada, o presidente concedeu a graça no dia seguinte ao julgamento no Supremo, deixando clara, inclusive em reunião, a afronta que pretendeu fazer ao Judiciário. Um desrespeito, um descrédito que se pretende trazer às instituições como um projeto".

O ministro considerou que o decreto violou a separação dos Poderes, considerando seu "acordamento" e suas justificativas. Segundo Barroso, o então presidente Bolsonaro "julga o mérito da decisão do Supremo, se arvorou na condição de 'juiz dos juizes' para dizer 'os juizes estão errados, eu que estou certo e, portanto, vou dar indulto'".

Informe Publicitário

## O GDF vem repor a verdade sobre a greve dos professores.

O GDF lamenta que os professores da rede pública tenham decidido entrar em greve antes do fim das negociações e sem levar em conta os prejuízos causados pela paralisação de dois anos e quatro meses, forçada pela pandemia.

Não é uma decisão de todos os professores, mas ela vai afetar a vida de quase meio milhão de alunos e suas famílias.

Nenhum dos quase 23 mil professores do Distrito Federal tem remuneração abaixo do piso nacional.

O GDF acaba de aprovar o reajuste de 18% no salário de todos os servidores – incluindo os professores e demais trabalhadores da Educação.

O GDF incorporou o Auxílio Saúde ao salário e criou o Plano de Saúde dos Servidores, que já atende a milhares de professores e seus dependentes.

O GDF criou a Gratificação de Auxílio Pedagógico, reivindicação histórica, e voltou a pagar a pecúnia aos aposentados.

O GDF pagou a última parcela do reajuste, esquecida desde 2015.

As condições de trabalho melhoraram: praticamente todas as escolas foram reformadas, o PDAF – que dá mais independência aos diretores – foi ampliado, e foi criado o Cartão Creche, que hoje atende a mais de 4.700 crianças. Novas escolas e creches foram inauguradas.

O GDF respeita os professores, continua aberto às negociações e espera que eles estejam nas salas de aula, pelo bem das crianças, das famílias e de toda a sociedade.

